

ÉMILE DURKHEIM

Tania Quintaneiro

As dificuldades práticas só podem ser definitivamente resolvidas através da prática e da experiência cotidianas. Não será um conselho de sociólogo, mas as próprias sociedades que encontrarão a solução.
Émile Durkheim

INTRODUÇÃO

Émile Durkheim foi um dos pensadores que mais contribuiu para a consolidação da Sociologia como ciência empírica e para sua instauração no meio acadêmico, tornando-se o primeiro professor universitário dessa disciplina. Pesquisador metódico e criativo, deixou um considerável número de herdeiros intelectuais. O sociólogo francês viveu numa Europa conturbada por guerras e em vias de modernização, e sua produção reflete a tensão entre valores e instituições que estavam sendo corroídos e formas emergentes cujo perfil ainda não se encontrava totalmente configurado.

“As referências necessárias para situar seu pensamento são, por um lado, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial e, por outro, o manancial de idéias que, sobre esses mesmos acontecimentos, vinha sendo formado por autores como Saint-Simon e Comte. Entre os pressupostos constitutivos da atmosfera intelectual da qual se impregnaria a teoria sociológica durkheimiana, cabe salientar a crença de que a humanidade avança no sentido de seu gradual aperfeiçoamento, governada por uma força inexorável: a lei do progresso. Esse princípio, herdado da filosofia iluminista, foi compartilhado por praticamente todos os autores do século 19, embora assumisse conotações particulares na obra de cada um deles. Aguçava-se, então, a consciência de que o repertório de idéias e valores da velha ordem social, do qual ainda sobreviviam alguns elementos, fora destruído pelo vendaval revolucionário de 1789 e que era, portanto, necessário criar um novo sistema científico e moral que se harmonizasse com a ordem industrial emergente.

O industrialismo, com sua incontida força de transformação, impunha-se a todos como a marca decisiva da sociedade moderna. Por outro lado, difundia-se a concepção de que a vida coletiva não era apenas uma imagem ampliada da individual, mas um ser distinto, mais complexo, e irreduzível às partes que o formam. Esse seria, precisamente, o objeto próprio das ciências sociais, e seu estudo demandava a utilização do método positivo, apoiado na observação, indução e experimentação, tal como vinham fazendo os cientistas naturais. Desse modo, as ciências da sociedade deveriam aspirar à formulação de proposições nomológicas, isto é, de leis que estabelecessem relações constantes entre fenômenos. Durkheim recebe também a influência da filosofia racionalista de Kant, do darwinismo, do organicismo alemão e do socialismo de cátedra. Mas seu pensamento não apenas faz eco às idéias recebidas, senão que as refunde num novo sistema, chegando com frequência a contestar tendências intelectuais dominantes de seu tempo. Um dos alvos da crítica durkheimiana, em tal sentido, foi ao que chamou de individualismo utilitarista representado por Herbert Spencer, para quem a cooperação é o resultado espontâneo das ações que os indivíduos executam visando atender a seus interesses particulares. Durkheim via na ciência social uma expressão da consciência racional das sociedades modernas, mas não excluía o diálogo com a História, a

Economia e a Psicologia, embora apontasse os limites de cada uma dessas disciplinas na explicação dos fatos sociais.

A ESPECIFICIDADE DO OBJETO SOCIOLÓGICO

A Sociologia pode ser definida, segundo Durkheim, como a ciência “das instituições, da sua gênese e do seu funcionamento”, ou seja, de “toda crença, todo comportamento instituído pela coletividade”.¹ Na fase positivista que marca o início de sua produção, considera que, para tornar-se uma ciência autônoma, essa esfera do conhecimento precisava delimitar seu objeto próprio: os fatos sociais. Tais fenômenos compreendem “toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter”,² as “maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem”,³ ou ainda “maneiras de fazer ou de pensar, reconhecíveis de serem suscetíveis de exercer influência coercitiva sobre as consciências particulares”.

Assim, pois, o fato social é algo dotado de vida própria, externo aos membros da sociedade e que exerce sobre seus corações e mentes uma autoridade que os leva a agir, a pensar e a sentir de determinadas maneiras. É por isto que o “reino social” está sujeito a leis específicas e necessita de um método próprio para ser conhecido, diferentemente do que acontece no “reino psicológico” que pode ser entendido através da introspecção. Da perspectiva do autor, a sociedade não é o resultado de um somatório dos indivíduos vivos que a compõem ou de uma mera justaposição de suas consciências. Ações e sentimentos particulares, ao serem associados, combinados e fundidos, fazem nascer algo novo e exterior àquelas consciências e às suas manifestações. E ainda que o todo só se forme pelo agrupamento das partes, a associação “dá origem ao nascimento de fenômenos que não provêm diretamente da natureza dos elementos associados”.⁵ A sociedade, então, mais do que uma soma, é uma síntese e, por isso, não se encontra em cada um desses elementos, assim como os diferentes aspectos da vida não se acham decompostos nos átomos contidos na célula: a vida está no todo e não nas partes. As almas individuais agregadas geram um fenômeno *sui generis*, uma “vida psíquica de um novo gênero”. Os sentimentos que caracterizam este ser têm uma força e uma peculiaridade que aqueles puramente individuais não possuem. Ele é a sociedade,

o mais poderoso feixe de forças físicas e morais cujo resultado a natureza nos oferece. Em nenhuma parte encontra-se tal riqueza de materiais diversos levado a tal grau de concentração. Não é surpreendente, pois, que uma vida mais alta se desprenda dela e que, reagindo sobre os elementos dos quais resulta, eleve-os a uma forma superior de existência e os transforme.⁶

O grupo possui, portanto, uma mentalidade que não é idêntica à dos indivíduos, e os estados de consciência coletiva são distintos dos estados de consciência individual. Assim, “um pensamento encontrado em todas as consciências particulares ou um movimento que todos repetem não são por isso fatos sociais” mas suas encarnações individuais. Os fenômenos que constituem a sociedade têm sua origem na coletividade e não em cada um dos seus participantes. É nela que se deve buscar as explicações para os

fatos sociais e não nas unidades que a compõem, porque as consciências particulares, unindo-se, agindo e reagindo umas sobre as outras, fundindo-se, dão origem a uma realidade nova que é a consciência da sociedade. (...) Uma coletividade tem as suas formas específicas de pensar e de sentir, às quais os indivíduos se sujeitam, mas que diferem daquelas que eles praticariam se fossem abandonados a si mesmos. Jamais o indivíduo, por si só, poderia ter constituído o que quer que fosse que se assemelhasse à idéia dos deuses, aos mitos e aos dogmas das religiões, à idéia do dever e da disciplina moral etc.

Os fatos sociais podem ser menos consolidados, mais fluidos, são as maneiras de agir. É o caso das correntes sociais, dos movimentos coletivos, das correntes de opinião “que nos impelem com intensidade desigual, segundo as épocas e os países, ao casamento, por exemplo, ao suicídio, a uma natalidade mais ou menos forte etc.”⁸ Outros fatos têm uma forma já cristalizada na sociedade, constituem suas maneiras de ser: as regras jurídicas, morais, dogmas religiosos e sistemas financeiros, o sentido das vias de comunicação, a maneira como se constroem as casas, as vestimentas de um povo e suas inúmeras formas de expressão. Eles são, por exemplo, os modos de circulação de pessoas e de mercadorias, de comunicar-se, vestir-se, dançar, negociar, rir, cantar, conversar etc. que vão sendo estabelecidos pelas sucessivas gerações. Apesar de seu caráter ser mais ou menos cristalizado, tanto as maneiras de ser quanto de agir são igualmente imperativas, coagem os membros das sociedades a adotar determinadas condutas e formas de sentir. Por encontrar-se fora dos indivíduos e possuir ascendência sobre eles, consistem em uma realidade objetiva, são fatos sociais.

Para tentar comprovar o caráter externo desses modos de agir, de pensar ou de sentir, Durkheim argumenta que eles têm que ser internalizados por meio de um processo educativo. Desde muito pequenas, lembra, as crianças são constrangidas (ou educadas) a seguir horários, a desenvolver certos comportamentos e maneiras de ser e, mais tarde, a trabalhar. Elas passam por uma socialização metódica e “é uma ilusão pensar que educamos nossos filhos como queremos. Somos forçados a seguir regras estabelecidas no meio social em que vivemos.”⁹ Com o tempo, as crianças vão adquirindo os hábitos que lhes são ensinados e deixando de sentir-lhes a coação, aprendem comportamentos e modos de sentir dos membros dos grupos dos quais participam. Por isso a educação “cria no homem um ser novo”, insere-o em uma sociedade, leva-o a compartilhar com outros de uma certa escala de valores, sentimentos, comportamentos. Mais do que isso, nasce daí um ser superior àquele puramente natural. E se as maneiras de agir e sentir próprias de uma sociedade precisam ser transmitidas por meio da aprendizagem é porque são externas ao indivíduo. O devoto, ao nascer, encontra prontas as crenças e as práticas da vida religiosa; existindo antes dele, é porque existem fora dele. O sistema de sinais de que me sirvo para exprimir pensamentos, o sistema de moedas que emprego para pagar as dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo nas minhas relações comerciais, as práticas seguidas na profissão etc. funcionam independentemente do uso que delas faço.¹⁰ As representações coletivas são uma das expressões do fato social.

Elas compreendem os modos “como a sociedade vê a si mesma e ao mundo que a rodeia” como, por exemplo, a massa de indivíduos que a compõem, as coisas de que se utilizam e o solo que ocupam, representando-os através de suas lendas, mitos, concepções religiosas, ideais de bondade ou de beleza, crenças morais etc. Como se produzem as representações coletivas? Através de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço mas no tempo também; para constituí-las, espíritos

diversos associaram-se, misturaram e combinaram suas idéias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam nelas sua experiência e sabedoria. Uma intelectualidade muito particular, infinitamente mais rica e mais complexa do que a do indivíduo está aí concentrada.¹¹ Por serem mais estáveis do que as representações individuais, são a base em que se originam os conceitos, traduzidos nas palavras do vocabulário de uma comunidade, de um grupo ou de uma nação.

Outro componente fundamental do conjunto dos fatos sociais são os valores de uma sociedade. Eles também possuem uma realidade objetiva, independente do sentimento ou da importância que alguém individualmente lhes dá; não necessitam expressar-se por meio de uma pessoa em particular ou que esta esteja de acordo com eles. Como demonstração de que os fatos sociais são coercitivos e externos aos indivíduos, e de que exercem sobre todos uma autoridade específica, Durkheim refere-se aos obstáculos que deverá enfrentar quem se aventura a não atender a uma convenção mundana, a resistir a uma lei, a violar uma regra moral, a não usar o idioma ou a moeda nacional. Ele tropeçará com os demais membros da sociedade que tentarão impedi-lo, convencê-lo ou restringir sua ação, usarão de punições, da censura, do riso, do opróbrio e de outras sanções, incluindo a violência, advertindo-o de que está diante de algo que não depende dele. Quando optamos pela não-submissão, “as forças morais contra as quais nos insurgimos reagem contra nós e é difícil, em virtude de sua superioridade, que não sejamos vencidos. (...) Estamos mergulhados numa atmosfera de idéias e sentimentos coletivos que não podemos modificar. à vontade.”

Mas isso não significa que a única alternativa para o indivíduo seja prostrar-se impotente diante das regras sociais ou viver permanentemente consciente da pressão dos fatos sociais. Apesar da existência de dificuldades impostas por um poder contrário de origem social, apresentam-se comportamentos inovadores, e as instituições são passíveis de mudança desde que “vários indivíduos tenham, pelo menos, combinado a sua ação e que desta combinação se tenha desprendido um produto novo” que vem a constituir um fato social.¹³ Assim, por exemplo, uma proposta pedagógica que esteja em conflito com a concepção de educação de seu tempo por conter “tendências do futuro, aspirações de um novo ideal”, pode vencer os obstáculos e impor-se, tomando o lugar das idéias aceitas. A ação transformadora é tanto mais difícil quanto maior o peso ou a centralidade que a regra, a crença ou a prática social que se quer modificar possuam para a coesão social. Enquanto nas sociedades modernas, até mesmo os valores relativos à vida - o aborto, a clonagem humana, a pena de morte ou a eutanásia - podem ser postos em questão, em sociedades tradicionais, os inovadores enfrentam maiores e às vezes insuperáveis resistências. Por isso é que até mesmo “os atos qualificados de crimes não são os mesmos em toda parte”, como se pode ver no exemplo a seguir:

Segundo o direito ateniense, Sócrates era criminoso e sua condenação não deixou de ser justa. Todavia seu crime, isto é, a independência de seu pensamento, não foi útil apenas à humanidade como também à sua pátria, pois servia para preparar uma moral e uma fé novas de que os atenienses tinham necessidade então, porque as tradições nas quais tinham vivido até aquela época não estavam mais em harmonia com suas condições de existência. Ora, o caso de Sócrates não é isolado; reproduz-se periodicamente na história. A liberdade de pensamento de que gozamos atualmente jamais teria podido ser proclamada se as regras que a proibiam não tivessem sido violadas antes de serem solenemente repudiadas. Naquele momento, porém, a violação constituía crime, pois tratava-se de ofensa contra sentimentos ainda muito vivos na generalidade das

consciências. (...) A liberdade filosófica teve por precursores toda espécie de heréticos que o braço secular justamente castigou durante todo o curso da Idade Média, até a véspera dos tempos contemporâneos.

14 O MÉTODO DE ESTUDO DA SOCIOLOGIA SEGUNDO DURKHEIM

No estudo da vida social, uma das preocupações de Durkheim era avaliar qual método permitiria fazê-lo de maneira científica, superando as deficiências do senso comum. Conclui que ele deveria assemelhar-se ao adotado pelas ciências naturais, mas nem por isso ser o seu decalque, porque os fatos que a Sociologia examina pertencem ao reino social e têm peculiaridades que os distinguem dos fenômenos da natureza. Tal método deveria ser estritamente sociológico. Com base nele, os cientistas sociais investigariam possíveis relações de causa e efeito e regularidades com vistas à descoberta de leis e mesmo de “regras de ação para o futuro”, observando fenômenos rigorosamente definidos.

Primeiro, há que estudar a sociedade no seu aspecto exterior. Considerada sob esta perspectiva, ela surge como que constituída por uma massa de população, de uma certa densidade, disposta de determinada maneira num território, dispersa nos campos ou concentrada nas cidades etc.: ocupa um território mais ou menos extenso, situado de determinada maneira em relação aos mares e aos territórios dos povos vizinhos, mais ou menos atravessado por cursos de água e por diferentes vias de comunicação que estabelecem contato, mais ou menos íntimo, entre os habitantes. Este território, as suas dimensões, a sua configuração e a composição da população que se movimenta na sua superfície são naturalmente fatores importantes na vida social; é o seu substrato e, assim como no indivíduo a vida psíquica varia consoante a composição anatômica do cérebro que lhe está na base, assim os fenômenos coletivos variam segundo a constituição do substrato social..

Durkheim estabelece regras que os sociólogos devem seguir na observação dos fatos sociais.¹⁶ A primeira delas e a mais fundamental é considerá-los como coisas. Daí seguem-se alguns corolários: afastar sistematicamente as prenoções; definir previamente os fenômenos tratados a partir dos caracteres exteriores que lhes são comuns; e considerá-los, independentemente de suas manifestações individuais, da maneira mais objetiva possível. Ele coloca em questão a conduta do investigador que, mesmo encontrando-se diante de uma realidade externa desconhecida, parece mover-se como se estivesse “entre coisas imediatamente transparentes ao espírito, tão grande é a facilidade com que o vemos resolver questões obscuras”¹⁷ Com isso, o estudioso não faz mais do que expressar suas prenoções, as quais acabam tornando-se como um véu interposto entre as coisas e ele próprio. As proposições do autor, expostas em seu livro *As regras do método sociológico* acarretaram acaloradas discussões na época, obrigando-o a escrever um longo prefácio à segunda edição tendo em vista esclarecer sua posição inicial e em que reafirma:

A coisa se opõe à idéia. (...) É coisa todo objeto do conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural (...) tudo o que o espírito não pode chegar a compreender senão sob a condição de sair de si mesmo, por meio da observação e da experimentação,

passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e profundos.¹⁸

A coisa pode ser reconhecida pelo sintoma de não poder ser modificada por intermédio de um simples decreto da vontade. Não que seja refratária a qualquer modificação. Mas não é suficiente exercer a vontade para produzir uma mudança, é preciso além disso um esforço mais ou menos laborioso, devido à resistência que nos opõe e que, outrossim, nem sempre pode ser vencida.

O sociólogo deve, portanto, ter a atitude mental e comportar-se diante dos fatos da mesma maneira que o faria qualquer cientista: considerar que se acha diante de objetos ignorados porque “as representações que podem ser formuladas no decorrer da vida, tendo sido efetuadas sem método nem crítica, estão destituídas de valor científico e devem ser afastadas”.²⁰ Ele deve assumir que desconhece completamente o que são os fatos sociais, já que os homens não esperaram o advento da ciência social para formular idéias sobre o direito, a moral, a família, o Estado e a própria sociedade; pois não podiam passar sem elas em sua existência. Ora, é sobretudo na Sociologia que as prenoções, para retomar a expressão de Bacon, estão em estado de dominar os espíritos e de se substituir às coisas. Com efeito, as coisas sociais só se realizam através dos homens; são um produto da atividade humana. Não parecem, pois, constituir outra coisa senão a realização de idéias, inatas ou não, que trazemos em nós; não passam da aplicação dessas idéias às diversas circunstâncias que acompanham as relações dos homens entre si.

A organização da família, do contrato, da repressão, do Estado, da sociedade aparecem assim como um simples desenvolvimento das idéias que formulamos a respeito da sociedade, do Estado, da justiça etc. Por conseguinte, tais fatos e outros análogos parecem não ter realidade senão nas idéias e pelas idéias; e como estas parecem o germe dos fatos, elas é que se tornam, então, a matéria peculiar à Sociologia.²¹ A dificuldade que o sociólogo enfrenta para libertar-se das falsas evidências, formadas fora do campo da ciência, deve-se a que influi sobre ele seu sentimento, sua paixão pelos objetos morais que examina. Mas, mesmo que tenha preferências, quando investiga, o sábio se desinteressa pelas conseqüências práticas. Ele diz o que é; verifica o que são as coisas e fica nessa verificação. Não se preocupa em saber se as verdades que descubra são agradáveis ou desconcertantes, se convém às relações que estabeleça fiquem como foram descobertas, ou se valeria a pena que fossem outras. Seu papel é o de exprimir a realidade, não o de julgá-la.

Por isso é que uma das bases da objetividade de uma ciência da sociedade teria que ser, necessariamente, a disposição do cientista social a colocar-se “num estado de espírito semelhante ao dos físicos, químicos e fisiologistas quando se aventuram numa região ainda inexplorada de seu domínio científico” assumindo, desse modo, sua ignorância, livrando-se de suas prenoções ou noções vulgares (já combatidas por Bacon) e adotando, enfim, a prática cartesiana da dúvida metódica. Essa atitude leva apenas à convicção de que no estado atual dos nossos conhecimentos, não sabemos com certeza o que são Estado, soberania, liberdade política, democracia, socialismo, comunismo etc. e o método estatuiria a interdição do uso destes conceitos enquanto não estivessem cientificamente constituídos. E todavia os termos que os exprimem figuram sem cessar nas discussões dos sociólogos. São empregados correntemente e com segurança, como se correspondessem a coisas bem conhecidas e definidas, quando não despertam em nós senão misturas indistintas de impressões vagas, de preconceitos e de paixões.

A DUALIDADE DOS FATOS MORAIS

As regras morais são fatos sociais e apresentam, conseqüentemente, as características já mencionadas. Inegavelmente coativas, elas, no entanto, mostram uma outra face, ao se apresentarem como “coisas agradáveis de que gostamos e que desejamos espontaneamente”. Estamos ligados a elas “com todas as forças de nossa alma”. A sociedade é nossa protetora e “tudo o que aumenta sua vitalidade eleva a nossa”, por isso apreciamos tudo o que ela preza. A coação deixa, então, de ser sentida graças ao respeito que os membros de uma sociedade experimentam pelos ideais coletivos. O prestígio de que estão investidas certas representações deve-se a que somente uma sociedade constituída goza da supremacia moral e material indispensável para fazer a lei para os indivíduos; pois só a personalidade moral que esteja acima das personalidades particulares é que forma a coletividade. Somente assim ela tem a continuidade e mesmo a perenidade necessárias para manter a regra acima das relações efêmeras que a encarnam diariamente.

Em suma, as regras morais possuem uma autoridade que implica a noção de dever e, em segundo lugar, aparecem-nos como desejáveis, embora seu cumprimento se dê com um esforço que nos arrasta para fora de nós mesmos, e que por isso mesmo eleva-nos acima de nossa própria natureza, mesmo sob constrangimento. As “crenças e práticas sociais agem sobre nós a partir do exterior”, por isso, sua ascendência também é distinta daquela de que desfrutam nossos hábitos, os quais se encontram dentro de nós. O fato moral apresenta, pois, a mesma dualidade do sagrado que é, num sentido, “o ser proibido, que não se ousa violar; mas é também o ser bom, amado, procurado”. Por isso, ao mesmo tempo que as instituições se impõem a nós, aderimos a elas; elas comandam e nós as queremos; elas nos constroem, e nós encontramos vantagem em seu funcionamento e no próprio constrangimento. (...) Talvez não existam práticas coletivas que deixem de exercer sobre nós esta ação dupla, a qual, além do mais, não é contraditória senão na aparência.²

Embora a coação seja necessária para que o ser humano acrescente à sua natureza física, ultrapassando-a, uma outra e superior natureza - isto é, a social - ele tem também o prazer de partilhar interesses com outros membros da sociedade, de levar com eles uma mesma vida moral. Nessas passagens, Durkheim faz lembrar as considerações feitas por Rousseau no Contrato social sobre as vantagens que o ser humano obtém ao sair do estado de natureza. Vemos que, ao explicitar sua concepção de sociedade, o sociólogo francês mostra-nos uma realidade que tem vida própria, é como um ente superior, mais perfeito e que, afinal, antecede e sucede os indivíduos; independe deles e possui sobre eles uma autoridade que, embora constroendo-os, eles amam. Enfim, é ela que lhes concede humanidade e “não poderíamos pretender sair da sociedade sem querermos deixar de ser homens”.

Contudo, os ideais que congregam os membros dos grupos sociais devem ser periodicamente revivificados a fim de que não se debilitem. Isso acontece nas ocasiões que aproximam as pessoas, tornando mais freqüentes e intensas as relações entre elas, como ocorre durante movimentos coletivos, por meio do reforço exuberante da vida social, e tal reconstituição moral não pode ser obtida senão por meio de reuniões, de assembléias, de congregações onde os indivíduos, estreitamente próximos uns dos outros, reafirmam em comum seus sentimentos comuns, daí as cerimônias que, por seu objeto, pelos resultados que produzem, pelos procedimentos que empregam, não

diferem em natureza das cerimônias propriamente religiosas. Qual é a diferença essencial entre uma assembléia de cristãos celebrando as datas principais da vida de Cristo, ou de judeus celebrando a saída do Egito ou a promulgação do decálogo, e uma reunião de cidadãos comemorando a instituição de uma nova constituição moral ou algum grande acontecimento da vida nacional?

Durkheim refere-se a essa necessidade de revigorar os ideais coletivos como a razão de muitos dos ritos religiosos que voltam a reunir os fiéis, antes dispersos e isolados, para fazer renascer e alentar neles as crenças comuns. A sociedade refaz-se moralmente, reafirma os sentimentos e idéias que constituem sua unidade e personalidade. Isso garante a coesão, vitalidade e continuidade do grupo, e assegura energia a seus membros. A França instituiu “todo um ciclo de festas para manter em estado de juventude perpétua” os princípios nos quais se inspirara a Revolução. Mas o que faz com que os homens mantenham-se em sociedade, ou seja, por que os agrupamentos humanos não costumam desfazer-se facilmente e, ao contrário, desenvolvem mecanismos para lutar contra ameaças de desintegração?

COESÃO, SOLIDARIEDADE E OS DOIS TIPOS DE CONSCIÊNCIA

Conquanto não tenha sido o primeiro a apresentar explicação para o problema, Durkheim elaborou o conceito de solidariedade social, procurou mostrar como se constitui e se torna responsável pela coesão entre os membros dos grupos, e de que maneira varia segundo o modelo de organização social. Para tanto, levou em conta a existência de maior ou menor divisão do trabalho. Segundo o autor, possuímos duas consciências: “Uma é comum com todo o nosso grupo e, por conseguinte, não representa a nós mesmos, mas a sociedade agindo e vivendo em nós. A outra, ao contrário, só nos representa no que temos de pessoal e distinto, nisso é que faz de nós um indivíduo.”²⁹ Em outras palavras, existem em nós dois seres: um, individual, “constituído de todos os estados mentais que não se relacionam senão conosco mesmo e com os acontecimentos de nossa vida pessoal”, e outro que revela em nós a mais alta realidade, “um sistema de idéias, sentimentos e de hábitos que exprimem em nós (...) o grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte; tais são as crenças religiosas, as crenças e as práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de toda espécie. Seu conjunto forma o ser social.”³⁰ E, na medida em que o indivíduo participa da vida social, supera-se a si mesmo. O objetivo da instrução pública, por exemplo, é constituir a consciência comum, formar cidadãos para a sociedade e não operários para as fábricas ou contabilistas para o comércio, “o ensino deve portanto ser essencialmente moralizador; libertar os espíritos das visões egoístas e dos interesses materiais; substituir a piedade religiosa por uma espécie de piedade social”.

Essa consciência comum ou coletiva corresponde ao “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade [que] forma um sistema determinado que tem vida própria”.³² Ela produz “um mundo de sentimentos, de idéias, de imagens” e independe das maneiras pelas quais cada um dos membros dessa sociedade venha a manifestá-la porque tem uma realidade própria e de outra natureza. A consciência comum recobre “áreas” de distintas dimensões na consciência total das pessoas, o que depende de que seja ou segmentar ou organizado o tipo de sociedade na qual aquelas se inserem. Quanto mais extensa é a consciência coletiva,

mais a coesão entre os participantes da sociedade examinada refere-se a uma “conformidade de todas as consciências particulares a um tipo comum”, o que faz com que todas se assemelhem e, por isso, os membros do grupo sintam-se atraídos pelas similitudes uns com os outros, ao mesmo tempo que a sua individualidade é menor.

Ainda assim, a consciência moral da sociedade não é encontrada por inteiro em todos os indivíduos e com suficiente vitalidade para impedir qualquer ato que a ofendesse, fosse este uma falta puramente moral ou propriamente um crime. (...) Uma uniformidade tão universal e tão absoluta é radicalmente impossível (...) mesmo entre os povos inferiores, em que a originalidade individual está muito pouco desenvolvida, esta não é todavia nula. Assim então, uma vez que não pode existir sociedade em que os indivíduos não diverjam mais ou menos do tipo coletivo, é inevitável também que, entre estas divergências, existam algumas que apresentem caráter criminoso.³³ Nas sociedades onde se desenvolve uma divisão do trabalho, a consciência comum passa a ocupar uma reduzida parcela da consciência total, permitindo o desenvolvimento da personalidade.

Quanto mais o meio social se amplia, menos o desenvolvimento das divergências privadas é contido. Mas, entre as divergências, existem aquelas que são específicas de cada indivíduo, de cada membro da família, elas mesmas tornam-se sempre mais numerosas e mais importantes à medida que o campo das relações sociais se torna mais vasto. Ali, então, onde elas encontram uma resistência débil, é inevitável que elas se provenham de fora, se acentuem, se consolidem, e como elas são o âmago da personalidade individual, esta vai necessariamente se desenvolver. Cada qual, com o passar do tempo, assume mais sua fisionomia própria, sua maneira pessoal de sentir e pensar.

Mas a diferenciação social não diminui a coesão... Ao contrário, faz com que “a unidade do organismo seja tanto maior quanto mais marcada a individualidade das partes”. Uma solidariedade ainda mais forte funda-se agora na interdependência e na individuação dos membros que compõem essas sociedades! Durkheim estabelece aí uma analogia com a atração que aproxima homem e mulher que, por serem dessemelhantes, completam-se e formam um todo através de sua união.³⁵ Enquanto os “sentimentos de simpatia cuja fonte é a semelhança” levam a uma aglutinação dos membros, nas sociedades com acentuada divisão do trabalho, o relacionamento social supõe uma interdependência baseada na especialização de tarefas. Nesse caso, o equilíbrio e a solidariedade originam-se na própria diferenciação, constituindo fortes laços que unem às sociedades orgânicas os seus membros. A divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: ela se encontra em outras áreas da sociedade, como nas funções políticas, administrativas, judiciárias, artísticas, científicas etc. Embora a educação exprima os elementos comuns que toda sociedade necessariamente possui - como as idéias a respeito da natureza humana, do dever e do progresso que formam a base do espírito nacional - ela também colabora nessa diferenciação, já que cada profissão “reclama aptidões particulares e conhecimentos especiais”. Onde existe uma divisão do trabalho desenvolvida, a sociedade não tem como regulamentar todas as funções que engendra e, portanto, deixa descoberta uma parcela da consciência individual: a esfera de ação própria de cada um dos membros. À medida que a comunidade ocupa um lugar menor, abre-se espaço para o desenvolvimento das dessemelhanças, da individualidade, da personalidade autônoma.

OS DOIS TIPOS DE SOLIDARIEDADE

Os laços que unem os membros entre si e ao próprio grupo constituem a solidariedade, a qual pode ser orgânica ou mecânica; de acordo com o tipo de sociedade cuja coesão procuram garantir. Quando tais vínculos assemelham-se aos que ligam um déspota aos seus súditos, a natureza destes é análoga à dos laços que unem um proprietário a seus bens: não são recíprocos mas, sim, “mecânicos”. O indivíduo não se pertence, é “literalmente uma coisa de que a sociedade dispõe”.³⁶ A solidariedade é chamada mecânica quando “liga diretamente o indivíduo à sociedade, sem nenhum intermediário”, constituindo-se de “um conjunto mais ou menos organizado de crenças e sentimentos comuns a todos os membros do grupo: é o chamado tipo coletivo”. Isso significa que não encontramos ali aquelas características que diferenciam tão nitidamente uns dos outros os membros de uma sociedade, a ponto de podermos chamá-los de indivíduos. Suas consciências se assemelham, eles são pouco ou quase nada desiguais entre si e por isso a solidariedade entre eles deve-se às similitudes que compartilham. Até mesmo a propriedade de bens não pode ser individual, o que só vem a acontecer quando o indivíduo desliga-se e distingue-se da massa. Nas sociedades onde essas ligações predominam, a própria educação é difusa, não há mestres, e “as idéias e as tendências comuns a todos os membros da sociedade ultrapassam em número e intensidade aquelas que pertencem a cada um deles pessoalmente”.

A parcela de responsabilidade que a solidariedade mecânica tem na integração social depende da extensão da vida social que ela abrange e que é regulamentada pela consciência comum. O estabelecimento de um poder absoluto - ou seja, a existência de um chefe situado “muito acima do resto dos homens”, que encarna a extraordinária autoridade emanada da consciência comum - embora já seja uma primeira divisão do trabalho no seio das sociedades primitivas não muda ainda a natureza de sua solidariedade, porque o chefe não faz mais do que unir os membros à imagem do grupo que ele próprio representa.

Esse tipo de sociedade, na qual a coesão resulta “exclusivamente das semelhanças compõe-se de uma massa absolutamente homogênea, cujas partes não se distinguiriam umas das outras”, é um agregado informe: a horda, um tipo de sociedade simples ou não-organizada.

Quando a sociedade passa a ser formada por um conjunto de hordas, que são seus segmentos, é sinal que se tornou mais complexa e passa a chamar-se clã. Esse é um tipo de sociedade polissegmentar simples agregado homogêneo, de natureza familiar e política, fundado numa forte solidariedade mecânica. A dissolução das sociedades segmentares é concomitante à formação de sociedades parciais no seio da sociedade global. Nesse processo, dá-se uma aproximação entre os membros que a formam, “a vida social generaliza-se em lugar de concentrar-se numa quantidade de pequenos lares distintos e semelhantes”, reduzem-se os “vácuos morais” que separavam as pessoas e, com isso, as relações sociais tornam-se mais numerosas e se estendem. Esse é o resultado de um aumento da densidade moral e dinâmica. Com a intensificação das relações sociais, os participantes dessas sociedades passam a estar em contato suficiente entre si, e desse modo reagem aos demais desde o ponto de vista moral, e “não apenas trocam serviços ou fazem concorrência uns aos outros, mas vivem uma vida comum”.³⁸ Concomitantemente, desenvolve-se uma densidade material concentra-se a população, formam-se cidades, aumenta a natalidade e também as “vias de comunicação e transmissão rápidas e em quantidade que, suprimindo ou diminuindo os vazios que

separam os segmentos sociais, aumentam a densidade da sociedade”.³⁹ A condensação da sociedade, ao multiplicar as relações intersociais, leva ao progresso da divisão do trabalho. À medida que se acentua a divisão do trabalho social, a solidariedade mecânica se reduz e é gradualmente substituída por uma nova: a solidariedade orgânica ou derivada da divisão do trabalho. Institui-se então um processo de individualização dos membros dessa sociedade que passam a ser solidários por terem uma esfera própria de ação. Com isso ocorre uma interdependência entre todos e cada um dos demais membros que compõem tal sociedade. A função da divisão do trabalho é, enfim, a de integrar o corpo social, assegurar-lhe a unidade. É, portanto, uma condição de existência da sociedade organizada, uma necessidade. Sendo esta sociedade “um sistema de funções diferentes e especiais”, onde cada órgão tem um papel diferenciado, a função que o indivíduo desempenha é o que marca seu lugar na sociedade, e os grupos formados por pessoas unidas por afinidades especiais tornam-se órgãos, e “chegará o dia em que toda organização social e política terá uma base exclusivamente ou quase exclusivamente profissional”.⁴⁰ Daí deriva a idéia de que a individuação é um processo intimamente ligado ao desenvolvimento da divisão do trabalho social e a uma classe de consciência que gradativamente ocupa o lugar da consciência comum e que só ocorre quando os membros das sociedades se diferenciam. E é esse mesmo processo que os torna interdependentes. Segundo Durkheim, somente existem indivíduos no sentido moderno da expressão quando se vive numa sociedade altamente diferenciada, ou seja, onde a divisão do trabalho está presente, e na qual a consciência coletiva ocupa um espaço já muito reduzido em face da consciência individual. Essas duas formas de solidariedade evoluem em razão inversa: enquanto uma progride, a outra se retrai, mas cada uma delas, a seu modo, cumpre a função de assegurar a coesão social nas sociedades simples ou complexas. Onde a solidariedade social é forte, inclina fortemente os homens entre si, coloca-os em freqüente contato, multiplica as ocasiões que têm de se relacionarem. (...) Quanto mais solidários são os membros de uma sociedade, mais relações diversas sustentam, seja entre si, seja com o grupo tomado coletivamente, porque se os seus encontros fossem raros eles não dependeriam uns dos outros senão de maneira frágil e intermitente.

41 OS INDICADORES DOS TIPOS DE SOLIDARIEDADE

Durkheim utiliza-se da predominância de certas normas do Direito como indicador da presença de um ou do outro tipo de solidariedade, já que esta, por ser um fenômeno moral, não pode ser diretamente observada. Não obstante se sustente nos costumes difusos, o Direito é uma forma estável e precisa, e serve, portanto, de fator externo e objetivo que simboliza os elementos mais essenciais da solidariedade social. Por outro lado, as sanções que são aplicadas aos preceitos do Direito mudam de acordo com a gravidade destes, sendo assim possível estudar suas variações. O papel do Direito seria, nas sociedades complexas, análogo ao do sistema nervoso: regular as funções do corpo. Por isso expressa também o grau de concentração da sociedade devido à divisão do trabalho social, tanto quanto o sistema nervoso exprime o estado de concentração do organismo gerado pela divisão do trabalho fisiológico, isto é, sua complexidade e desenvolvimento. Enquanto as sanções impostas pelo costume são difusas, as que se impõem através do Direito são organizadas. Elas constituem duas classes: as repressivas - que infligem ao culpado uma dor, uma diminuição, uma privação; e as restitutivas - que fazem com que as coisas e relações perturbadas sejam restabelecidas à sua situação anterior, levando o culpado a reparar o dano causado. A maior ou menor presença de

regras repressivas pode ser atestada através da fração ocupada pelo Direito Penal ou Repressivo no sistema jurídico da sociedade.

Naquelas sociedades onde as similitudes entre seus componentes são o principal traço, um comportamento desviante é punido por meio de ações que têm profundas raízes nos costumes. Os membros dessas coletividades participam conjuntamente de uma espécie de vingança contra aqueles que violaram algum forte sentimento compartilhado que tenha para a sociedade a função central de assegurar sua unidade. Sendo a consciência coletiva tão significativa e disseminada, feri-la é uma violência que atinge a todos aqueles que se sentem parte dessa totalidade. O crime provoca uma ruptura dos elos de solidariedade, e sua incontestável reprobção serve, do ponto de vista da sociedade em questão, para confirmar e vivificar valores e sentimentos comuns e, desde uma perspectiva sociológica, permite demonstrar que alguns valores possuem a função de assegurar a existência da própria associação. A vingança é exercida contra o agressor na mesma intensidade com que a violação por ele perpetrada atingiu uma crença, uma tradição, uma prática coletiva, um mito ou qualquer outro componente mais ou menos essencial para a garantia da continuidade daquela sociedade.

Nas sociedades primitivas é a assembléia do povo que faz justiça sem intermediários. Os sentimentos coletivos estão profundamente gravados em todas as consciências, são enérgicos e incontestes, e assim também sua punição. Os crimes são, portanto, atos que ou manifestam diretamente uma dessemelhança demasiado violenta entre o agente que o executou e o tipo social, ou então ofendem o órgão da consciência comum. Tanto num caso como no outro, a força atingida pelo crime e a que o repele é a mesma; ela é um produto das similitudes sociais mais essenciais e tem por efeito manter a coesão social que resulta dessas similitudes.

Aqueles que ameaçam ou abalam a unidade do corpo social devem ser punidos a fim de que a coesão seja protegida. Assim a pena “não serve, ou só serve secundariamente, para corrigir o culpado ou para intimidar seus possíveis imitadores!” Ela existe para sustentar a vitalidade dos laços que ligam entre si os membros dessa sociedade, evitando que se relaxem e debilem, assim, a solidariedade que mantém unidos tais membros. E “todo estado forte de consciência é uma fonte de vida, é um fator essencial de nossa vitalidade geral”.⁴³ Por conseguinte, embora pareça paradoxal, “o castigo destina-se sobretudo a influir sobre as pessoas honestas”.⁴⁴ Sendo o resultado de reações mecânicas, de movimentos passionais, e demonstrando a forte intolerância em relação a determinados atos, a punição não é, em si, uma mera crueldade, mas visa principalmente evitar que a coesão social seja fragilizada. Ela é uma forma de proteção, e a cólera que suscita é a mobilização das reservas passionais que asseguram o estado de paz. “Quando reclamamos a repressão ao crime, não somos a nós que queremos pessoalmente vingar, mas a algo de sagrado que sentimos, mais ou menos confusamente fora e acima de nós.”⁴⁵ A ofensa atinge uma autoridade que transcende o indivíduo e, para Durkheim, não existe força moral superior àquele que não seja a força coletiva.

Mas o conteúdo das regras morais não deixa de variar historicamente. Por isso, o homicídio constitui um ato odioso em tempos normais e não o é em tempo de guerra, porque não há nesse caso um preceito que o proíba. Isto é, um ato, intrinsecamente o mesmo, que pode ser condenado hoje por um país europeu, não tê-lo sido na Grécia simplesmente porque não violava, pois, nenhuma norma preestabelecida.⁴⁶ Às vezes a pena sobrepassa os culpados e atinge inocentes - como sua família - porque, sendo baseada na paixão, pode estender-se incontrolavelmente, de maneira mecânica e

irracional. É uma grosseira arma defensiva contra a ameaça, é obra da vingança, atua com ímpeto passional.

Já numa sociedade onde se desenvolveu uma divisão do trabalho, as tarefas específicas a certos setores já não são comuns a todos, e tampouco poderiam sê-lo os sentimentos que seu descumprimento gera. Aquele que é acusado de não observar um contrato não é humilhado, nem aviltado, nem revolta a opinião pública, a qual, às vezes, até desconhece as razões para a condenação. Embora possa haver entre as regras específicas de cada um desses setores originados com a divisão do trabalho algumas relações sujeitas ao Direito Penal, elas em geral são estranhas ou atingem debilmente a consciência comum. Elas constituem o Direito Civil, Comercial, Processual, Administrativo e Constitucional. Este conjunto de regras é tão especializado que é necessário criar a cada vez novos órgãos para executá-las. Ao contrário do Direito Penal ou Repressivo, que corresponde ao “coração” da sociedade, o Direito Cooperativo e as sanções restitutivas que dele derivam aplicam-se a círculos especiais nas sociedades onde impera a divisão do trabalho social. Eles sobrepujam a consciência coletiva.

Diante da ocorrência de uma perturbação nessas funções divididas, o Direito Cooperativo ou Restitutivo é chamado a contribuir para o pronto restabelecimento do anterior estado de coisas. A sociedade é, portanto, capaz de cobrar ações resolutas de seus membros tendo em vista a auto-preservação, por isso pode exigir que, em nome dessa coesão, eles abdicuem da própria vida. É a partir de considerações como essa que Durkheim propõe uma análise do suicídio enquanto fato social. O que torna a discussão instigante é que o fenômeno não é analisado com base em motivações exclusivamente privadas, como em geral se faz. O autor parte da seguinte reflexão:

Considerando que o suicídio é um ato da pessoa e que só a ela atinge, tudo indica que deva depender exclusivamente de fatores individuais e que sua explicação, por conseguinte, caiba tão somente à psicologia. De fato, não é pelo temperamento do suicida, por seu caráter, por seus antecedentes, pelos fatos da sua história privada que em geral se explica a sua decisão?⁴⁷

Daí procurará demonstrar de que modo o conjunto desses fenômenos poderá ser tomado como um fato novo e *sui generis*, resultante de fatores de origem social que chama de “correntes suicidogêneas”, verdadeiros estímulos que atuam sobre os indivíduos, exortando-os, exigindo-lhes ou possibilitando que eles procurem a própria morte. Com base no exame de estatísticas européias, o autor argumenta que a evolução do suicídio se dá por ondas de movimento que constituem taxas nacionais constantes durante longos períodos, embora variem de uma para outra sociedade. Como propugna em seu método, deve-se começar por uma definição objetiva de suicídio – “todo caso de morte que resulte direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, sabedora de que devia produzir esse resultado”.

Delimitado o fato que se pretende investigar, passa-se a considerá-lo como um fenômeno coletivo, tomando dados relativos às sociedades onde ocorrem para encontrar regularidades e construir uma taxa específica para cada uma delas.⁴⁹ A partir de uma tipologia dos suicidas, Durkheim procurou, uma vez mais, distinguir a Sociologia de outras ciências que têm o homem como objeto. Portanto, aqueles que buscam explicar o suicídio com base na consideração de casos isolados não chegam à sua causa geradora que é exterior aos indivíduos. Cada grupo social tem uma disposição coletiva para o

suicídio, e desta derivam as inclinações individuais. Ela deriva de “correntes de egoísmo, de altruísmo ou de anomia que afligem a sociedade ... com as tendências à melancolia langorosa, à renúncia ativa ou à fadiga exasperada que são as consequências das referidas correntes”.⁵⁰ Em geral, essas três correntes compensam-se mutuamente e mantêm os indivíduos estáveis. A ultrapassagem por parte de qualquer delas de seu grau normal de intensidade pode expor alguns membros a formas de suicídio que dependem da configuração particular desse desequilíbrio. Certas condições sociais, profissões ou confissões religiosas é que estimulariam os indivíduos a ir adiante ou ajudariam a controlá-los.

A influência das conjunturas particulares - que são, em geral, tomadas por causas imediatas do suicídio - não passam de “ressonâncias do estado moral da sociedade”. As causas do suicídio são, portanto, objetivas, exteriores aos indivíduos. Elas são tendências coletivas, “forças tão reais quanto as forças cósmicas, embora de outra natureza”.⁵¹ A maior coesão e vitalidade das instituições às quais a pessoa está ligada - a intensidade com que se manifesta a solidariedade em seu grupo religioso, a solidez dos laços que a unem à sua família, ou a força dos valores e sentimentos que a vinculam à sociedade política - contribuem para preservá-la de cometer um ato dessa natureza. Sob tais condições, as sociedades religiosa, doméstica e política podem exercer sobre o suicídio uma influência moderadora. Ao se constituírem em sociedades fortemente integradas, elas protegem seus membros.

Durkheim considera, por exemplo, que os grupos religiosos minoritários, que precisam lutar contra a hostilidade e intolerância de outros cultos, acabam por exercer controle e disciplina mais severos e, portanto, submetem seus membros a uma maior moralidade, o que reduz a taxa de suicídio entre eles. Caso uma sociedade venha sofrer um processo de desintegração, o indivíduo que dela faz parte pode sentir-se estimulado a suicidar-se, já que quanto mais se enfraqueçam os grupos sociais a que ele pertence, menos ele dependerá deles e cada vez mais, por conseguinte, dependerá apenas de si mesmo para reconhecer como regras de conduta tão somente as que se calquem nos seus interesses particulares. Se, pois, concordamos em chamar de egoísmo a esta situação em que o ego individual se afirma com excesso diante do eu social e em detrimento deste último, poderemos designar de egoísta o tipo particular de suicídio que resulta de uma individuação descomedida.

A depressão, a melancolia, a sensação de desamparo moral provocadas pela desintegração social tornam-se, então, causas do suicídio egoísta. Durkheim acreditava que a lacuna gerada pela carência de vida social era maior nos povos modernos do que entre os primitivos e afligia os homens mais do que as mulheres. Por isso, acredita que uma mulher viúva ou solteira suportaria melhor a solidão, porque as necessidades femininas, mais rudimentares nos aspectos sociais, seriam satisfeitas nessa área com “poucos gastos” em relação às dos homens, socialmente mais complexos. Nas sociedades inferiores, os suicídios mais frequentes eram os altruístas, que compreendem os praticados por enfermos ou pessoas que chegaram ao limiar da velhice, por viúvas por ocasião da morte do marido, por fiéis e servidores com o falecimento de seus chefes, ou os atos heróicos durante guerras ou convulsões sociais. O suicídio é visto então como um dever que, se não for cumprido, é punido pela desonra, perda da estima pública ou por castigos religiosos. Mais uma vez é a sociedade que intervém para a ocorrência do fenômeno analisado. Se no tipo egoísta ela afrouxa seus laços a ponto de deixar o indivíduo escapar, neste segundo o ego da pessoa não lhe pertence, situando-se

num dos grupos de que ela faz parte, como a família, o Estado ou a Igreja. Nas sociedades modernas, a ocorrência do suicídio altruísta dá-se entre mártires religiosos e, de maneira crônica, entre os militares, já que a sociedade militar expressa, em certos aspectos, uma sobrevivência da moral primitiva e da estrutura das sociedades inferiores, além de promover uma fraca individuação, estimulando a impessoalidade e a abnegação. O terceiro tipo - o suicídio anômico - é aquele que se deve a uma situação de desregramento social devido ao qual as normas estão ausentes ou perderam o respeito. A sociedade deixa de estar presente o suficiente para regular as paixões individuais, deixando-as correr desenfreadas. Esta é a situação característica das sociedades modernas.

De fato, há um século, o progresso econômico tem consistido principalmente em libertar as relações industriais de toda e qualquer regulamentação. Até recentemente, um sistema inteiro de poderes morais tinha por função discipliná-las. Havia, em primeiro lugar, a religião, cuja influência se fazia sentir igualmente entre operários e patrões, entre pobres e ricos. Consolava os primeiros e os ensinava a se conformarem com a sua sorte ao lhes pregar que a ordem social é providencial, que o quinhão de cada classe foi determinado por Deus, e fazendo com que esperassem de um mundo futuro as justas compensações pelas desigualdades existentes neste. Moderava os segundos, lembrando-lhes que os interesses terrestres não são a essência do homem, logo devem estar subordinados a outros mais elevados e que, por conseguinte, não merecem ser buscados sem comedimento.

Sentia Durkheim a necessidade de uma nova moralidade que se desenvolvesse a uma velocidade semelhante àquela em que se dava o crescimento industrial e econômico de modo a controlar os afetos. Quando, numa sociedade organizada, acontece de os contatos entre os órgãos sociais serem insuficientes ou pouco duradouros, surge uma situação de desequilíbrio: o sentimento de interdependência se amortece, as relações ficam precárias e as regras indefinidas, vagas. Este é o estado de anomia, o qual, é “impossível onde os órgãos solidários estão em contato suficiente e suficientemente prolongado” já que, ao ser contíguos, a todo momento percebem a necessidade que têm uns dos outros e, por conseguinte, têm um sentimento vivo e contínuo de sua mútua dependência. Pelo mesmo motivo, os intercâmbios se dão entre eles com facilidade; sendo regulares, são também freqüentes, regularizam-se por si mesmos e o tempo termina pouco a pouco a obra de consolidação. Finalmente, como as menores reações podem ser sentidas numa parte e na outra, as normas que assim se formam levam sua marca, isto é, prevêem e fixam até o detalhe as condições de equilíbrio.

O estado de anomia ou de desregramento pode ser melhor compreendido quando referido às conseqüências do crescimento desordenado da indústria. Antes, o poder temporal e as regulamentações impostas pelas corporações de ofícios diminuam o ímpeto da industrialização e, embora fossem formas de organização inadequadas para a sociedade contemporânea, nada veio a ocupar o seu lugar. Por isso é que a ocorrência de uma crise econômica ou de mudanças súbitas nas crenças vigentes em uma sociedade podem impedi-la de cumprir sua função reguladora, disciplinar e, desse modo, a condição de anomia vir a tornar-se normal. Se alguém é lançado por um desastre econômico a uma situação inferior pode não ter tempo para aprender a conter suas necessidades, refazendo sua educação moral. Um brusco aumento de riqueza ou de poder tende a levar ao mesmo desajuste, passando a não haver nada a que a pessoa não tenha pretensões: seus apetites não têm mais limites, seus fracassos e crises

multiplicam-se, e as restrições parecem-lhe insuportáveis. O divórcio, aliado ao afrouxamento do controle social, pode também levar à anomia, rompendo o estado de equilíbrio moral dos indivíduos. É entre as funções industriais e comerciais que se registram mais suicídios - dada a sua frágil e incipiente moralidade - e os padrões são provavelmente os mais atingidos pelo tipo chamado de anômico. Segundo Durkheim, os países pobres desfrutam de uma singular imunidade a esse tipo de suicídio, já que a pobreza constitui um freio ao que se quer ter e, assim, menos se é levado a estender sem limites o círculo das necessidades. A impotência, obrigando-nos à moderação, a ela nos habitua, além do que, onde a mediocridade é geral, nada vem acicatar a cobiça. A riqueza, pelo contrário, pelos poderes que confere, nos dá a ilusão de que só dependemos de nós mesmos. Ora, quanto menos limitados nos sentimos, tanto mais toda limitação nos parece intolerável.

MORALIDADE E ANOMIA

Os equívocos identificados por Durkheim nas interpretações utilitaristas a respeito das causas do estado doente que se observava nas sociedades modernas levaram-no a enfatizar, em sua tese *A divisão do trabalho social*, a importância dos fatos morais na integração dos homens à vida coletiva.

Moral (...) é tudo o que é fonte de solidariedade, tudo o que força o indivíduo a contar com seu próximo, a regular seus movimentos com base em outra coisa que não os impulsos de seu egoísmo, e a moralidade é tanto mais sólida quanto mais numerosos e fortes são estes laços.

Ele acreditava que a França encontrava-se mergulhada numa crise devido ao vazio provocado pelo desaparecimento dos valores e das instituições “protetoras” e envolventes do mundo feudal, como as corporações de ofícios. Conflitos e desordens seriam os sintomas da anomia jurídica e moral presentes na vida econômica, cujo progresso sem precedentes não tinha sido acompanhado pelo desenvolvimento de instituições dotadas de uma autoridade capacitada a regulamentar os interesses e estabelecer limites. A própria moral profissional encontrava-se ainda num nível rudimentar. Quando a sociedade é perturbada por uma crise, torna-se momentaneamente incapaz de exercer sobre seus membros o papel de freio moral, de uma consciência superior à dos indivíduos. Estes deixam, então, de ser solidários, e a própria coesão social se vê ameaçada porque as tréguas impostas pela violência são provisórias e não pacificam os espíritos.

As paixões humanas não se detêm senão diante de um poder moral que respeitem. Se toda autoridade desse tipo faz falta, é a lei do mais forte que reina e, latente ou agudo, o estado de guerra é necessariamente crônico.⁵⁷ A referência implícita aqui é à idéia de “estado de natureza”, objeto das considerações de Hobbes durante o século 17. Durkheim reconhece que a anarquia é dolorosa, os indivíduos sofrem com os conflitos e desordens, e com a sensação de hostilidade geral e de desconfiança mútua quando eles se tornam crônicos.

O mundo moderno caracterizar-se-ia por uma redução na eficácia de determinadas instituições integradoras como a religião e a família, já que as pessoas passam a agrupar-se segundo suas atividades profissionais. A família não possui mais a antiga unidade e indivisibilidade, tendo diminuído a sua influência sobre a vida privada, o

Estado mantém-se distante dos indivíduos, tendo “com eles relações muito exteriores e muito intermitentes para que lhe seja possível penetrar profundamente nas consciências individuais e socializá-las interiormente”.⁵⁸ Por outro lado, a diversidade de correntes de pensamento torna as religiões pouco eficazes nesses aspectos, na medida em que não mais subordinam completamente o fiel, subsumindo-o no sagrado. Com isso, a profissão assume importância cada vez maior na vida social, tornando-se herdeira da família, substituindo-a e excedendo-a.

Mas ela própria somente é regulada no interior da esfera de suas próprias atividades. Por isso é que Durkheim procurou no campo do trabalho, nos grupos profissionais, um lugar de reconstrução da solidariedade e da moralidade integradoras das quais lhe pareciam tão carentes as sociedades industriais. Nesse caso, o grupo profissional ou corporação cumpria as duas condições necessárias para a regulamentação da vida social, então anárquica, já que estaria interessado na vida econômica e tem uma perenidade ao menos igual à da família. Ao mesmo tempo, por ser mais restrito do que o Estado ou a vida econômica e estar mais próximo da profissão ou dos agentes de uma mesma indústria, ele é competente para – “conhecer bem seu funcionamento, para sentir todas as suas necessidades e seguir todas as suas variações”.

Enfim, ele exerceria sobre os membros daquela sociedade profissional uma regulamentação moral apta a refrear-lhe certos impulsos e a pôr fim aos estados anômicos quando eles se manifestam, procurando suceder a família nas funções econômicas e morais que ela se torna cada vez mais incapaz de preencher (...) será preciso pouco a pouco vincular os homens às suas vidas profissionais, constituir fortemente os grupos desse gênero, será preciso que o dever profissional assuma, dentro dos corações, o mesmo papel que o dever doméstico desempenhou até agora.

Como o sociólogo francês o percebia, tal estado de anarquia não poderia ser atribuído somente a uma distribuição injusta da riqueza mas, principalmente, à falta de regulamentação das atividades econômicas, cujo desenvolvimento havia sido tão extraordinário nos últimos dois séculos que elas acabaram por deixar de ocupar seu antigo lugar secundário. Ao mesmo tempo, o autor conferiu às anormalidades provocadas por uma divisão anômica do trabalho uma parte da responsabilidade nas desigualdades e nas insatisfações presentes nas sociedades modernas. Mesmo tendo absorvido uma “enorme quantidade de indivíduos cuja vida se passa quase que inteiramente no meio industrial”, tais atividades não exerciam a “coação, sem a qual não há moral”, isto é, não se lhes apresentavam como uma autoridade que lhes impusesse deveres, regras, limites.

Há uma moral profissional do advogado e do magistrado, do soldado e do professor, do médico e do sacerdote etc. Mas se se tentam fixar em uma linguagem algo definida as idéias em curso sobre o que devem ser as relações do empregador com o empregado, do trabalhador com o chefe da empresa, dos industriais concorrentes entre si ou com o público, que fórmulas indecisas se obteriam. Algumas generalidades sem precisão sobre a fidelidade e a dedicação que os assalariados de todos os tipos devem àqueles que os empregam, sobre a moderação com a qual esses últimos devem usar a sua preponderância econômica, uma certa reprovação por toda concorrência muito abertamente desleal, por toda exploração por demais injusta do consumidor, eis quase tudo o que contém a consciência moral destas profissões. (...) Os atos mais censuráveis estão tão absolvidos pelo sucesso que o limite entre o que é proibido e o que é

permitido, entre o que é justo e o injusto, não tem mais nada de fixo. (...) Uma moral tão imprecisa e tão inconsistente não poderia constituir uma disciplina. Disso resulta que toda esta esfera da vida coletiva está, em grande parte, subtraída à ação moderadora da regra.

Embora a atividade econômica venha acompanhando a civilização, esta não tem, por si só, nada de moralmente obrigatório nem tem servido ao progresso da moral. É justamente nos grandes centros industriais e comerciais onde se vê o crescimento do número de suicídios e da criminalidade, uma das medidas da imoralidade coletiva. A civilização em si é moralmente neutra, sendo a ciência o único de seus elementos que apresenta um certo caráter de dever.

Concretamente, o que Durkheim propõe é que, na medida em que o mercado se amplia, passando do nível municipal ao internacional, caberia à corporação fazer o mesmo, independentemente de determinações territoriais, e consolidar-se num órgão autônomo, habilitado a estabelecer os princípios específicos dos distintos ramos industriais. Isto não significava fazer ressuscitar artificialmente as corporações medievais, mas reconhecer o papel que elas haviam cumprido enquanto instituições e seu “poder moral capaz de conter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um sentimento mais vivo de sua solidariedade comum, de impedir que a lei do mais forte se aplique tão brutalmente às relações industriais e comerciais”.⁶² As novas corporações tornar-se-iam uma autoridade moral e uma fonte de vida para seus membros. Como toda sociedade, seriam aptas a fazer-se respeitar e amar, a exercer um domínio indiscutível, a estabelecer regras de conduta que possuiriam sobre os indivíduos um caráter obrigatório e, por fim, a levar seus membros ao sacrifício e à abnegação em nome do interesse comum, ao mesmo tempo que criariam entre eles uma forte solidariedade. Pessoas que são parte de um grupo que possui em comum “idéias, sentimento e ocupações” são atraídas umas em direção às outras, procuram-se, entram em relações, associam-se e acabam por constituir um grupo especial do qual vem a desprender-se uma vida moral, um sentimento de todo...

Ora, essa união com algo que supera o indivíduo, essa subordinação dos interesses particulares ao interesse geral é a própria fonte de toda atividade moral. Se esse sentimento se precisa e se determina, quando, aplicando-se às circunstâncias mais ordinárias e mais importantes da vida, se traduz em fórmulas definidas, temos um corpo de regras morais prestes a se constituir.⁶³ O espaço que a reflexão sobre esse tema ocupa na obra durkheimiana mostra sua preocupação com as questões de um mundo que, para ele, se decompunha moralmente. Embora tenha sido ativamente engajado nos debates políticos da França, o sociólogo rejeitava as soluções para os problemas sociais propostas pelos grupos que se qualificavam socialistas:

As chamadas doutrinas socialistas são, de fato, essencialmente relativas a esta esfera da vida coletiva que se chama vida econômica. Isto não quer dizer que a questão social seja uma questão de salários; somos, pelo contrário, daqueles que pensam que ela é, antes de mais, moral.⁶⁴ Ele via naquele socialismo apenas indicadores de um mal-estar social expresso em símbolos, pela “maneira como certas camadas da sociedade, particularmente atingidas pelos sofrimentos coletivos, os representam”.⁶⁵ Como o entendia, o socialismo já estava implicado na própria natureza das sociedades superiores, onde o trabalho estava muito dividido, sendo a socialização uma decorrência natural da evolução das funções econômicas cada vez mais organizadas. Enfim, sendo a

divisão do trabalho um fato social, seu principal efeito não é aumentar o rendimento das funções divididas mas produzir solidariedade. Se isto não acontece, é sinal de que os órgãos que compõem uma sociedade dividida em funções não se auto-regulam, seja porque os intercâmbios ou contatos que realizam são insuficientes ou pouco prolongados. Com isso, não podem garantir o equilíbrio e a coesão social. Nesses casos, o estado de anomia é iminente.

Vê-se, assim que, sob certas circunstâncias, a divisão do trabalho pode agir de maneira dissolvente, deixando de cumprir seu papel moral: o de tornar solidárias as funções divididas. A ausência de normas - que em situação normal se desprendem por si mesmas como prolongações da divisão do trabalho - impossibilita que a competição presente na vida social seja moderada e que se promova a harmonia das funções. São três os casos em que isto se dá: nas crises industriais e comerciais que denotam que as funções sociais não estão bem adaptadas entre si; nas lutas entre o trabalho e o capital que mostram a falta de unidade e a desarmonia entre os trabalhadores e os patrões; e na divisão extrema de especialidades no interior da ciência.

Durkheim utiliza-se do exemplo de uma situação de mercado na qual um intenso crescimento reduz os contatos entre as partes - produtores e consumidores. O resultado são as “crises que perturbam periodicamente as funções econômicas”. Ao separar completamente o patrão e o empregado, a grande indústria modificou as relações de trabalho e apartou os membros das famílias, antes que os interesses em conflito conseguissem estabelecer um novo equilíbrio. Se a função da divisão do trabalho falha, a anarquia e o perigo da desintegração ameaçam todo o corpo social e “quando o indivíduo, absorvido por sua tarefa, se isola em sua atividade especial, já não percebe os colaboradores que trabalham a seu lado e na mesma obra, nem sequer tem idéia dessa obra comum”.

Durkheim discorda daqueles que acusam a divisão do trabalho de ter reduzido o trabalhador a uma máquina que repete rotineiramente os mesmos movimentos sem relacionar as operações que lhe são exigidas a um propósito. Se o operário “já não é uma célula viva de um organismo vivo que vibra sem cessar ao contato das células vizinhas”, é porque tornou-se “uma engrenagem inerte que uma força externa põe em funcionamento”. Tal sistema não deixa indiferente a moral. Arruína-se o indivíduo e esgota-se a fonte da vida social, o que é uma ameaça às funções econômicas, mas principalmente a todas as funções sociais. A solução para isso não está em ampliar a cultura do trabalhador, mas em demonstrar-lhe que “suas ações têm um fim fora de si mesmas. Daí, por especial e uniforme que possa ser sua atividade, é a de um ser inteligente, porque ela tem um sentido e ele o sabe.”

Por outro lado, a desarmonia entre as aptidões individuais e o gênero das tarefas que são atribuídas ao trabalhador por meio de alguma forma de coação constituem outra fonte de perturbação da solidariedade, mas não são uma consequência necessária da divisão do trabalho em condições normais. Durkheim argumenta que “o trabalho só se divide espontaneamente se a sociedade está constituída de tal maneira que as desigualdades sociais expressam exatamente as desigualdades naturais”.⁶⁸ Vemos aqui que o autor compreende o que Marx chama de luta de classes como uma expressão de anormalidade ao nível das relações sociais. Ele advoga também que o mérito do esforço pessoal possui caráter moral e, portanto, integrador. Por isso critica a instituição da herança.

Sempre que a riqueza seja transmitida por herança, existirão ricos e pobres de nascimento.

As condições morais de nossa vida social são tais que as sociedades não poderão se manter a não ser que as desigualdades exteriores, dentro das quais os indivíduos estão situados, forem cada vez mais se nivelando. É preciso não entender, por isso, que os homens devem tornar-se iguais entre eles; ao contrário: a desigualdade interior, aquela que deriva do valor pessoal de cada um, irá sempre aumentando, sem que este valor seja exagerado ou diminuído por alguma causa exterior. Ora, a riqueza hereditária é uma dessas causas. Ela fornece a qualquer um vantagens que não derivam de seus próprios méritos e que, portanto, lhe conferem esta superioridade sobre outros. Esta injustiça, que nos parece crescentemente intolerável, torna-se cada vez mais inconciliável com as condições de existência de nossas sociedades. Tudo concorre então para demonstrar que o direito sucessório, mesmo sob a forma testamentária, está destinado a desaparecer progressivamente.⁶⁹ Mas mesmo que a extinção da instituição da herança possibilitasse a cada indivíduo entrar na luta pela vida com os mesmos recursos, não deixaria de subsistir certa hereditariedade:

A dos dons naturais. A inteligência, o gosto, o valor científico, artístico, literário, industrial, a coragem, a destreza natural são forças que cada um de nós recebe ao nascer, como o proprietário nato recebe o seu capital. (...) Será, portanto, necessária ainda certa disciplina moral para forçar os menos favorecidos pela natureza a aceitarem o que devem ao acaso de seu nascimento. Haverá quem reivindique uma partilha igual para todos e que não se conceda vantagem alguma aos mais úteis e merecedores? Nesse caso, seria preciso uma disciplina muito mais enérgica para obrigar estes últimos a aceitarem um tratamento simplesmente igual ao dispensado aos medíocres e impotentes.⁷⁰

MORAL E VIDA SOCIAL

moral consiste em “um sistema de normas de conduta que prescrevem como o sujeito deve conduzir-se em determinadas circunstâncias”. No entanto, tais normas distinguem-se de outros conjuntos de regras porque envolvem uma noção de dever, constituem uma obrigação, possuem um respeito especial, são sentidas como desejáveis e, para cumpri-las, os membros da sociedade são estimulados a superar sua natureza individual. As normas morais têm uma finalidade desejável e desejada para aqueles a quem se destinam. Elas não são uma mera ordem... “experimentamos um prazer *sui generis* em cumprir com nosso dever porque é nosso dever. A noção de bem penetra na noção de dever.” Junto ao conceito de autoridade desenvolve-se o de liberdade, a “filha da autoridade bem compreendida. Porque ser livre não é fazer o que se queira; é ser-se senhor de si, saber agir pela razão, praticando o dever.”⁷¹ Cada povo, em um certo momento de sua história, possui uma moral. É com base nela que a opinião pública e os tribunais julgam. É a ela que se almeja, ela é o bem. Negá-la é negar a sociedade e, embora possam existir consciências que não se ajustem à moralidade de seu tempo, existe uma moral comum e geral àqueles que pertencem a uma coletividade e uma infinidade de consciências morais particulares que a expressam de modo distinto. Assim, se o educador tem uma ascendência moral sobre seus alunos é porque é para eles uma autoridade legítima, a qual não se dá através do temor que possa inspirar mas da própria crença na missão que desempenha. O mesmo se pode dizer do sacerdote que fala em nome de uma divindade. Ambos são órgãos de entidades morais: um da sociedade e das

grandes idéias morais de seu tempo e de sua terra, outro, de seu Deus. Mas é a sociedade a autoridade moral, é ela que confere às normas morais seu caráter obrigatório. Além dessa moral comum, existe uma diversidade indefinida de outras moralidades, expressas pelas distintas consciências particulares. O valor moral dos atos deve-se a que visam um propósito superior aos indivíduos, sua fonte é mais elevada e seu fim é a sociedade.

Em toda a sua obra, Durkheim procura comprovar os princípios que fundamentam sua concepção de sociedade. Esta, se nada mais fosse do que uma soma dos indivíduos que a constituem, não poderia ter valor moral superior à soma do valor moral de cada um de seus elementos. E, “se existe uma moral, um sistema de deveres e obrigações, é mister que a sociedade seja uma pessoa qualitativamente distinta das pessoas individuais que compreende e de cuja síntese é o resultado”. Por isso é que, onde se inicia a vida do grupo - família, corporação, cidade, pátria, agrupamentos internacionais - começa a moral, e “o devotamento e o desinteresse adquirem sentido”. A ligação do membro a um grupo é também a sua adesão a um determinado ideal social, e só na vida coletiva o indivíduo aprende a idealizar. “A sociedade é a melhor parte de nós”, acredita Durkheim, “na verdade, o homem não é humano senão porque vive em sociedade” e sair dela é deixar de sê-lo.⁷² Para adquirir humanidade é indispensável superar-se, dominar as próprias paixões, considerar outros interesses que não os próprios. E é a sociedade que ensina aos homens a virtude do sacrifício, da privação, e a subordinação de seus fins individuais a outros mais elevados.

Mas no processo de crescente diferenciação provocada pela divisão do trabalho, os membros de um grupo chegam ao ponto de não ter em comum nada além da qualidade de serem humanos. Então, não há nada que eles “possam amar e honrar em comum senão o próprio homem... E como cada um de nós encarna algo da humanidade, cada consciência individual encerra algo de divino e fica, assim, marcada por um caráter inviolável para os outros.”⁷³ Esse é o único sistema de crenças que pode garantir a unidade moral da sociedade moderna: a moral individualista e a religião da humanidade, na qual o homem é, ao mesmo tempo, o fiel e o deus. E “quem quer que atente contra a vida de um homem, contra a liberdade de um homem, contra a honra de um homem, inspira-nos um sentimento de repulsa, análogo àquele que o crente sente quando vê profanarem o seu ídolo”.

É nesse ponto que se coloca um dos elementos mais relevantes da Sociologia durkheimiana: o lugar do indivíduo na sociedade moderna, sua relação com o Estado, a proteção de seus interesses e a criação de seus direitos. Em sociedades menos complexas, que controlam mais de perto seus membros e através da disciplina podem chegar à tirania, o Estado tem ainda caráter religioso. Assim, a moral cívica, que trata dos deveres dos cidadãos, confunde-se com a religião pública, e o indivíduo é meramente o instrumento de realização dos fins estatais. Em sociedades complexas, nas quais o Estado possui funções muito mais extensas, existe também um número cada vez mais significativo de grupos secundários que, além de expressar os distintos interesses organizados de seus membros, mantêm com estes um contato estreito. É do equilíbrio surgido do jogo entre o Estado e esses grupos - família, corporação, Igreja, distritos territoriais e outras formas de associação - que nascem as liberdades individuais. A esta concepção do Estado, Durkheim chama individualista. Não possuindo os direitos individuais qualquer limite intransponível, “aquilo que ontem não parecia passar de uma espécie de luxo virá a tornar-se, amanhã, direito estrito. A tarefa, assim, do Estado, é

ilimitada. (...) Tudo faz prever que nos tornaremos mais sensíveis a quanto respeite a personalidade humana.”

A glorificação do indivíduo move-se com base na simpatia por “tudo o que é do homem, uma maior piedade por todas as dores, por todas as misérias humanas, uma mais ardente necessidade de os combater e atenuar, uma maior sede de justiça”. A vida, a honra, a liberdade do indivíduo são respeitadas e protegidas, e se “ele tem direito a esse respeito religioso é porque existe nele qualquer coisa da humanidade.

É a humanidade que é respeitável e sagrada” e, quando o homem a cultua, ele tem que sair de si e estender-se aos outros. Essa moral não deve, então, ser confundida com a concepção vulgar, condenada por Durkheim, igualada ao egoísmo utilitário e ao utilitarismo estreito que fazem a “apoteose do bem-estar e do interesse individuais e desse culto egoísta do ego”. O homem livre é aquele que contém seu egoísmo natural, subordina-se a fins mais altos, submete os desejos ao império da vontade, conforma-os a justos limites. Por isso, um individualismo desregrado adviria da falta de disciplina e de autoridade moral da sociedade. A divinização do indivíduo é obra da própria sociedade, e a liberdade deste é utilizada para o benefício social. O culto de que ele é ao mesmo tempo objeto e agente dirige-se à pessoa humana, está acima das consciências individuais e pode servir-lhes de elo em direção a uma mesma fé. Ele representa a adesão unânime a um conjunto de crenças e práticas coletivas merecedoras de um respeito particular que lhes confere um caráter religioso. Portanto, não é de recear que alguma vez o céu se despoe de forma definitiva, pois somos nós próprios que o povoamos. O que nele projetamos são imagens ampliadas de nós próprios. E enquanto houver sociedades humanas, elas tirarão do seu seio grandes ideais de que os homens se tornarão servidores.

Sendo os Estados, na época em que tais reflexões foram feitas, as mais altas sociedades organizadas, e não estando livres de ameaças provenientes de outras sociedades, a disciplina orientada à proteção da coletividade nacional (o patriotismo) foi apontada por Durkheim como oposta à que visa o desenvolvimento dos seres humanos (o cosmopolitismo). Para superar esse conflito, era necessário que as sociedades se guiassem por um ideal acima das particularidades e que buscassem fins mais universais: os propriamente humanos. A idéia de uma futura confederação dos Estados europeus, se bem que mais abrangente do que um Estado particular, ainda estaria longe de organizar a humanidade. A existência de contradições entre os sentimentos patriótico e cosmopolita exigiria um esforço de conciliação por parte do Estado que se fixaria como tarefa essencial, não o crescer, o estender as fronteiras, e sim o organizar, o melhor que possa, sua autonomia, chamar a uma vida moral mais e mais alta o maior número de seus membros. (...) Não tenha o Estado outro fim senão fazer, de seus cidadãos, homens, no sentido completo da palavra, e os deveres cívicos não passarão de forma mais particular dos deveres gerais da humanidade. (...) As sociedades, porém, podem consagrar seu amor-próprio não a ser as maiores, ou as mais abastadas, e sim a ser as mais justas, as mais bem organizadas, a possuir a melhor constituição moral.⁷⁸

RELIGIÃO E MORAL

É como parte dessa preocupação com o estudo da moralidade que a religião ocupa um espaço importante na obra de Durkheim. As religiões primitivas são o ponto de partida

de seu estudo por considerar que, em sua clareza e simplicidade, evidenciam o essencial, mais tarde oculto pelo secundário e o acessório. Nas comunidades mais simples, onde é menor o desenvolvimento das individualidades e das diferenças, “o fato religioso ainda traz visível o sinal de suas origens”, mostrando também mais facilmente elementos comuns a todas as sociedades. Mas que classe de realidade humana as religiões expressam sob seus símbolos?

As religiões são constituídas por “um sistema solidário de crenças e de práticas relativas às coisas sagradas - isto é, separadas, interditas - crenças comuns a todos aqueles que se unem numa mesma comunidade moral chamada Igreja”.⁷⁹ Os fenômenos religiosos são de duas espécies: as crenças, que são estados de opinião, representações, e os ritos, que exprimem modos de conduta. Ambos organizam e classificam o universo das coisas em duas classes ou domínios radicalmente excludentes: o profano e o sagrado. A passagem do mundo profano para o sagrado implica uma metamorfose e envolve ritos de iniciação realizados por aquele que renuncia ou sai de um mundo para entrar em outro e que morre simbolicamente para renascer por meio de uma cerimônia. As coisas sagradas são protegidas, mantidas à distância e isoladas pelas interdições aplicadas às profanas. Elas podem ser palavras, objetos, animais, alimentos, lugares, pessoas etc. Entre essas coisas existem as que são proibidas de ser provadas, vistas, pronunciadas ou tocadas, por exemplo, por homens, mulheres, solteiros, membros de algum grupo, casta ou classe social, durante uma fase da vida ou em certos estados naturais como a gravidez ou a menstruação.

Algumas vezes tal abstinência requer sofrimento porque “nos aferramos com todas as fibras de nossa carne ao mundo profano; nossa sensibilidade nos ata a ele; nossa vida depende dele. (...) Não podemos, pois, desprender-nos dele sem violentar nossa natureza, sem chocar-nos dolorosamente com nossos instintos.”⁸⁰ Essa dor é um componente do que o autor chama de culto negativo, formado pelos ritos ascéticos que estabelecem tabus. E como sagrado e profano não podem misturar-se, as grandes solenidades religiosas suspendem o trabalho - atividade temporal - e estabelecem o feriado ritual. As cerimônias religiosas cumprem um importante papel ao colocarem a coletividade em movimento para sua celebração: elas aproximam os indivíduos, relembram a eles que são membros de um mesmo grupo, multiplicam os contatos entre eles, tornam-nos mais íntimos e “por isso mesmo, o conteúdo das consciências muda. Em dias comuns, as preocupações utilitárias e individuais são as que ocupam mais os espíritos.” Assim, a energia intrínseca aos sentimentos sociais consegue manter os membros unidos entre si. Nesses dias especiais o que ocupa o pensamento são as crenças comuns, as tradições comuns, as lembranças comuns dos grandes antepassados, o ideal coletivo de que eles são a reencarnação: em uma palavra, as coisas sociais. Mesmo os interesses materiais, que as grandes cerimônias religiosas buscam satisfazer, são de ordem pública, portanto social.⁸¹ É a sociedade, então, que envolve os indivíduos no fenômeno religioso e que, por meio dos ritos, torna-se mais viva e atuante na suas vidas. Os homens sentem que algo fora deles renasce, desperta: é a parcela do ser social contida em cada um que se renova. Assim, um momento de profunda tristeza como o que se dá com a perda de um parente também reflete o estado que o grupo ao qual pertencia atravessa. Permitir a indiferença nessas situações em que o destino fere e diminui a família ou a comunidade “seria proclamar que elas não ocupam em seus corações o lugar a que têm direito”. Essa é a função do luto. Assim, uma família que tolera que um dos seus possa morrer sem ser chorado atesta por esse fato que carece de unidade moral e de coesão: ela abdica, renuncia a existir. Por seu lado, o indivíduo,

quando está firmemente aderido à sociedade da qual forma parte, sente-se moralmente obrigado a participar de suas tristezas e alegria. Desinteressar-se seria romper os vínculos que o unem à coletividade, seria renunciar a querê-la e contradizer-se.⁸² Durkheim refere-se a seu tempo como uma época de profunda perturbação, onde as sociedades “são obrigadas a renovar-se e a procurar-se laboriosamente e dolorosamente”. Seus velhos ideais e divindades estão morrendo, e os homens encontram-se num “período de frio, de mediocridade moral” que recobre as fontes de calor contidas na sociedade.

Mas quem é que não sente que, nas profundezas da sociedade, há uma intensa vida que se elabora e procura as suas vias de saída que acabará por encontrar? Aspiramos a uma justiça mais elevada que nenhuma das fórmulas existentes exprime de modo a satisfazer-nos. Mas estas aspirações obscuras que nos vão formando conseguirão, mais cedo ou mais tarde, tomar mais claramente consciência de si mesmas, traduzir-se em fórmulas definidas em volta das quais os homens voltarão a unir-se e que se tornarão num centro de cristalização de novas crenças.

Assim é que Durkheim deixa antever sua esperança de que a vida coletiva se organize em potentes bases morais uma vez que o homem descubra que “a humanidade foi abandonada sobre a terra às suas únicas forças e não pode senão contar consigo mesma para dirigir os seus destinos”

A TEORIA SOCIOLÓGICA DO CONHECIMENTO

A religião representa a própria sociedade idealizada, reflete as aspirações “para o bem, o belo, o ideal”, e também incorpora o mal, a morte, e mesmo os aspectos mais repugnantes e vulgares da vida social. Ao exteriorizar sentimentos comuns, as religiões são também os primeiros sistemas coletivos de representação do mundo - cosmologias. Assim, “se a filosofia e as ciências nasceram da religião, é porque a própria religião começou por ocupar o lugar das ciências e da filosofia”.⁸⁵ O interesse que o fez voltar-se às religiões era também compreender as categorias fundamentais do entendimento humano, noções essenciais como tempo, espaço, número, causa, substância, personalidade. Essas são relações que existem entre as coisas e que, produzidas inicialmente no interior do pensamento religioso, são expressas por meio de conceitos e símbolos.

Durkheim questiona as duas teses que até então procuraram explicar a questão do conhecimento e de sua racionalidade - o empirismo e o apriorismo - e propõe que seja reconhecida a origem social das categorias, as quais traduziriam estados da coletividade, sendo, pois, produtos da cooperação. Enquanto os conhecimentos empíricos são suscitados pela ação do objeto sobre os espíritos dos indivíduos, as categorias seriam representações essencialmente coletivas, obras da sociedade expressas inicialmente por meio da religião, na qual foi engendrado tudo o que há de essencial na sociedade: o direito, a ciência, a moral, a arte e a recreação.⁸⁶ Se isto se dá é porque “a idéia de sociedade é a alma da religião”, e nesta originaram-se quase todas as grandes instituições sociais. Ela é uma expressão resumida da vida coletiva. Sendo a razão obra das representações comuns, é irreduzível à experiência individual, ultrapassando-a, por isso ela consegue impor-se aos membros de uma sociedade, tendo, portanto, um caráter coercitivo e a autoridade da própria sociedade

comunicando-se a certas maneiras de pensar que são como que as condições indispensáveis de toda ação comum. A necessidade com a qual as categorias se impõem a nós não é, pois, o efeito de simples hábitos de cujo jugo poderíamos nos libertar com um pouco de esforço; tampouco é uma necessidade física ou metafísica, já que as categorias mudam segundo os lugares e os tempos; ela é um tipo particular de necessidade moral que é para a vida intelectual o que a obrigação moral é para a vontade.⁸⁷ As categorias do entendimento seriam instrumentos coletivos de pensamento que os grupos humanos forjaram ao longo de séculos e através dos quais as inteligências se comunicam, e que expressam coisas sociais.

Os conceitos - como, por exemplo, árvore, belo, elegante, decidido, gracioso - constituem modos como as sociedades, em certas épocas, representam a natureza, os sentimentos, os objetos e as idéias. Conceitos e categorias são ambas representações coletivas. As categorias não devem ser tomadas como fatos primeiros, imanescentes ao espírito e portanto impenetráveis pela análise, como pensavam os aprioristas, ou como noções muito simples que qualquer um pode apreender de suas experiências pessoais, logo, elaborações individuais, como propunham os empiristas. O tempo, por exemplo, é um modo de organização que só tem sentido para todos os homens se for objetivamente pensado por todos eles.

Os pontos de apoio que permitem a classificação temporal dos acontecimentos são tomados da vida social. As divisões em dias, semanas, meses, anos etc. correspondem à periodicidade dos ritos, das festas, das cerimônias públicas. A base da categoria “tempo” é o ritmo da vida coletiva. Um calendário expressa o ritmo da atividade coletiva ao mesmo tempo que tem por função assegurar sua regularidade. O mesmo acontece com o espaço. O espaço não possui por si mesmo esquerda e direita, norte e sul, alto e baixo. A organização espacial faz sentido para os membros de uma sociedade, como no exemplo de sociedades australianas e norte-americanas, onde o espaço é concebido na forma de um círculo que reproduz o formato do campo tribal, enquanto em outras o mundo é dividido em tantas partes quantos são os clãs.

Reduzido apenas aos preceitos individuais, o homem não seria distinto dos animais, isto é, não seria um homem, pois não seria um ser social que sempre pensou por meio de conceitos. Estes exprimem a maneira pela qual a sociedade representa as coisas para si, e constituem a matéria do pensamento lógico. Sendo, em princípio, opostos às representações sensíveis, que se encontram em constante movimento, são universais e impessoais, e é através deles que os indivíduos se comunicam. A origem dos conceitos só pode ser a comunidade, já que são compartilhados por todos e “dependem da maneira como ela é constituída e organizada”.⁸⁹ Ao mesmo tempo, o conceito é universalizável: ou ele é comum a todos os homens ou pode ser a eles comunicado, isto porque é obra da comunidade, supera os limites da experiência pessoal. É, portanto, um fato social. Mas as representações coletivas contém também elementos subjetivos dos quais o pensamento necessita desembaraçar-se para organizar-se cientificamente, logicamente. Em suma, a ciência, a moral e a religião originam-se de uma mesma fonte: a sociedade.

CONCLUSÕES

Embora o método positivista - abraçado pelo autor em seu esforço de constituir uma Sociologia dotada de sólidas bases empíricas - tenha por vezes confundido analistas

mais apressados que o identificaram com as tendências conservadoras do pensamento político e social da época, Durkheim esteve atento para o surgimento de novas crenças, ideais e representações, gerados em períodos revolucionários ou de grande intensidade da vida social, capazes de extinguir o “frio moral” pelo qual passavam as sociedades industriais. Seriam precisamente esses os momentos de exaltação da vida moral, quando forças psíquicas recém-nascidas permitem aos homens recuperar o vigor de sua fé no caráter sagrado de suas sociedades e transformar seu meio, atribuindo-lhe a dignidade de um mundo ideal. Por outro lado, a profunda fé mantida por Durkheim na capacidade de convivência entre indivíduos idiossincráticos, sem que se pusesse em risco a existência da vida social, atesta sua sensibilidade para as tendências de mudança, embora de caráter pacífico e mesmo reformista, assim como sua esperança no exercício da liberdade responsável num quadro de justiça social e de ideais cosmopolitas que se estenderia a toda a humanidade. Apesar disso, reconhece “que ainda não estamos no tempo em que esse patriotismo poderá reinar totalmente, se é que esse tempo poderá chegar um dia”.⁹⁰ A obra de Durkheim, impulsionada pelo grupo de brilhantes intelectuais e pesquisadores que se formou, graças à sua liderança, em torno da revista *L'Année Sociologique* teve um impacto decisivo na Sociologia. Sua influência é particularmente visível no caso dos estudos sobre a Sociologia da religião e os sistemas simbólicos de representação. As reflexões que Durkheim realizara junto com Mareel Mauss (1872-1976) a respeito das representações coletivas e dos sistemas lógicos de compreensão do mundo originários de distintos grupos sociais estabeleceram uma ponte entre sua teoria sociológica e as preocupações que marcam a Antropologia contemporânea. Por outro lado, uma vertente do pensamento Durkheimiano, mais especificamente os aspectos ligados ao consenso e à integração do sistema social, foi incorporada à moderna teoria sociológica norte-americana através da interpretação de Talcott Parsons. Suas idéias inspiraram também estudos recentes sobre a desintegração de padrões tradicionais de interação devidos aos processos de urbanização, além de pesquisas sobre a família, a profissão e a socialização.